

Moradores rejeitam lojas em casa

Líderes comunitários das quadras 700 Sul e do Lago Sul pressionam deputados distritais e querem mudanças na lei

José Paulo Lacerda/Ag.Pixel

LUIZ QUEIROZ

Está instalada a confusão. De um lado, moradores do Lago Sul e das Quadras 700 Sul que não aceitam comércio em residências. Do outro, os comerciantes que não querem acabar com os seus negócios, alguns com até 30 anos de existência. No meio desse imbróglio político, está o governo e a Câmara Legislativa, que em última instância terão de desagradar a alguém.

Depois dos moradores do Lago Sul, ontem foi a vez dos residentes nas quadras 700 reclamarem do comércio informal criado nas casas em frente à W-3 Sul. Numa audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara Legislativa, os moradores destas quadras deixaram claro que também querem o fim do comércio em residências.

– Nós queremos que se dê

um basta no alvará precário – disse ontem a Heliete Ribeiro, presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul.

Segundo ela, os moradores entendem que esse comércio não pode desaparecer do dia para a noite, mas o GDF deveria evitar a concessão novos alvarás e, por meio do Plano Diretor, acabar de vez com a possibilidade de manutenção desses pequenos negócios em áreas residenciais.

A administradora do Lago Sul, Natanry Osório, aproveitou a audiência e pegou uma carona na briga dos moradores das quadras 700 para defender novamente a posição da comunidade no Lago Sul. Mais uma vez ela voltou a afirmar que a área é residencial e a maioria dos moradores não quer o comércio em residências.

Pressionados, os deputados distritais que compareceram à audiência pública a toda hora



AUDIÊNCIA Moradores querem o fim dos alvarás provisórios para comércio em residência

que se envolviam em debates com moradores, se limitavam em afirmar que eles respeitarão o que a maioria dos moradores desejar.

– Eu como presidente da comissão de Desenvolvimento Econômico quero ouvir a comunidade. De acordo com o que for decidido pela comunidade,

é que nós iremos pautar o nosso trabalho – disse o deputado Rôney Nemer.

Entretanto, os representantes dos comerciantes não tive-

ram assento à mesa diretora dos trabalhos e se queixaram de ainda não terem sido convidados pelos deputados distritais para expor seus argumentos.

– Tem pessoas que estão ali há anos e hoje, com a atual situação do Brasil e de Brasília, elas não têm condições de mudarem de lugar porque seus negócios se tornarão inviável – contestou, Cleusa Ferreira, membro da Associação dos Prestadores de Serviço e Comerciantes do Lago Sul.

Segundo ela, os comerciantes residenciais pagam impostos e são fiscalizados pelo governo. A empresária disse que os comerciantes foram surpreendidos pelos jornais com a movimentação dos moradores, mas vão reagir.

– Está faltando diálogo e ainda não fomos procurados pelos deputados para poderemos expor nossos pontos de vista – queixou-se Cleusa.

luiz.queiroz@jb.com.br